

**ACTA N.º 001/2007**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS REALIZADA NO DIA  
VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE**



Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr.º Presidente da Mesa, Manuel Piranga Faria, Luís Alberto Trindade da Silva, primeiro secretário, Nuno José Ferreira Lopes, segundo secretário, e os membros, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Antunes Canais, António Carolino Rodrigues, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, António Manuel Pedroso Leal, Diamantino Fazenda Bernardo, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, José Manuel Paulo Trincão Marques, João José Rodrigues Maia Serôdio, José Cavalheiro Conde, José Duarte da Silva Vaz Teixeira, José Gil Carreira Maia Serôdio, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Marta José Guerra Pereira da Silva, Manuel João Mota Cardoso, Maria Eduarda Martinho S. Santos, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte, Rogério Manuel Antunes Rosa e Silvino Rino Rosa.-----

-----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Abel Resina de Sousa, Carlos Manuel Simões Barata, João dos Santos Abreu, Luís Gaspar Lopes e Paulo Renato Ermitão Gregório.-----

Estavam também presentes, os Srs. Presidente da Câmara, Vice Presidente e Vereador Sr. Carlos Tomé.-----

Nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual, foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: João dos Santos Abreu, por José António Magalhães Faria Rodrigues e Carlos Manuel Simões Barata por José Carlos Frango, que se encontravam na sala e assumiram o seu lugar.-----

### **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**

Foi presente e distribuída a todos os membros, cópia da relação da correspondência recebida. (Anexo 1).-----

### **Período de Antes da Ordem do Dia**

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Silvino Rosa** - Questionou o seguinte ao Sr. Presidente da Câmara: Para quando o início dos arruamentos em Pedrógão e saber se existem freguesias beneficiadas com os trabalhos de coveiros da Câmara nos respectivos cemitérios.-----

**José Vaz Teixeira** – Relacionado com a situação da reforma da rede de urgências no Centro Hospitalar do Médio Tejo, fez presente a seguinte proposta: “Considerando que a proposta final para a rede nacional de urgências continua a ignorar a existência do Centro Hospitalar do Médio Tejo e refere três hospitais.

Considerando que mantém para os Hospitais de Torres Novas e Tomar a existência dum serviço de urgência básica.

Considerando que nenhuma das propostas de alteração da Câmara e da Assembleia Municipal de Torres Novas, mereceu comentário ou resposta da referida Comissão, ou das autoridades locais regionais ou nacionais de saúde.

Propõem os eleitos da CDU que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal convoque uma Assembleia Municipal Extraordinária, com um único ponto da ordem do dia – A rede de Urgências do Centro Hospitalar do Médio Tejo”. -----

**José António Magalhães** – Fez presente à mesa, um documento onde são colocadas diversas questões referentes à freguesia de Zibreira, que resumidamente anunciou e que leu de seguida:

**“TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DA FREGUESIA DE ZIBREIRA**

Na sequência do trabalho de acompanhamento de matérias relevantes às freguesias do Concelho de Torres Novas, o PSD-Partido Social Democrata vem junto de V. Exas apresentar a sua abordagem, à presente data, da freguesia de Zibreira.

Interessa, desde já, afirmar o carácter peculiar da referida freguesia, julgando positivamente o grande contributo para a empregabilidade no Concelho de Torres Novas que naquela freguesia é dado por uma das empresas nacionais de referência, nomeadamente a Renova - Fábrica de Papel do Almonda, SA, mas, também, com outros contributos empresarialmente relevantes, uns já concretizados e outros em vias de concretização.

Como as abordagens analíticas devem, mesmo com cunho político, ser simultaneamente orientadas para os pontos fortes e fracos, será, neste particular, salientado:

**- POSITIVAMENTE**

- a) o trabalho desenvolvido, em boa hora, para a requalificação de parte das áreas de paragem de transportes públicos, que se encontravam, à semelhança de uma grande parte do Concelho de Torres Novas, em estado lastimável e que foi possível, em parceria com diversas empresas, dotar de alguma qualidade – exemplo a seguir eventualmente noutras freguesias, considerando uma área em que a parceria entre público e privado poderá conduzir, pelo menos, à melhoria de condições oferecidas à população;
- b) o processo de reorientação e reaproveitamento do espaço de Turismo, existente na sede da freguesia, onde será instalado futuramente um espaço comercial e, com o aproveitamento de tal recurso e das vantagens financeiras que daí advirão, a possibilidade de afectar recursos financeiros a necessidades da freguesia, pelo menos assim se presume.

**- NEGATIVAMENTE**

- a) a factual insuficiência do sistema de saneamento básico, oscilando entre o desajustado e o inexistente, agravada pela ausência de sistema de tratamento de águas residuais, matéria que, sendo discurso de políticos ao longo de muitos anos, é tanto mais condenável quanto empresas a funcionar na freguesia possuem sistemas avançados de gestão e tratamento de resíduos – exemplo de que o Estado é muitas vezes farto a exigir e fraco a cumprir e demonstrar bons exemplos;
- b) a factual terceiro-mundista rede viária da freguesia, onde, excepção a algumas dezenas de metros, é difícil adivinhar há quantas dezenas de anos as vias não são convenientemente asfaltadas, sendo certamente maior a área esburacada do que aquela onde permanece algum asfalto, e, se é certo e conhecida a possibilidade a curto prazo se resolver parte diminuta do problema, urge resolver a maior e restante parte;
- c) a factual terceiro-mundista rede de escoamento de águas pluviais, considerando que aquilo a que se poderá no terceiro-mundo apelidar de rede, mais não é do que, em grande parte da freguesia, enormes e perigosos canais traçados e cruzando a rede viária, colocando em risco os veículos automóveis e concedendo à freguesia uma imagem pouco abonatória de atraso – serão já poucos os casos de sedes de freguesia onde o sistema de escoamento de águas pluviais se apresenta daquela forma;
- d) aquela pseudo rede de escoamento de águas pluviais, ou melhor, a sua inexistência em grande parte, colocam bens em causa e em perigo, mesmo em momentos de normal pluviosidade, sendo, aqui e ali, minoradas quaisquer consequências negativas pela via de cedência de terrenos particulares, nalguns casos com prejuízos desses particulares;
- e) simultaneamente, convirá desenvolver medidas de recuperação de caminhos rurais na freguesia, grande parte em situação de abandono, bem como a reabilitação e utilização comunitária de algumas zonas com relativo valor histórico - comunitário;
- f) manutenção de situação de não conveniente sinalização rodoviária em várias zonas da freguesia, sendo especialmente evidentes tais lacunas na Rua Conselheiro Real, onde continuam a ser reiterados excessos de automobilistas e a inexistência de meios para prevenir tais excessos, seja pela via de instalação semafórica “speed-cam”/câmara de velocidade, ou pela via de instalação de moderadores horizontais de velocidade, especialmente junto a passadeiras – medidas, aliás, há muito pedidas e prometidas;

g) é, também, deprimente que não se verifique a instalação de parque infantil, nomeadamente na sede de freguesia, onde as famílias possam levar as crianças para momentos de brincadeira e convivência, sendo especialmente deprimente se se verificar que os equipamentos necessários se encontram armazenados há muitos meses;

Caberá, neste momento, para além da enumeração de factos positivos e negativos verificados na freguesia, produzir aqui um desafio com carácter de sugestão, por um lado aos representantes em funções nos órgãos autárquicos de freguesia para que procurem pressionar superiormente, nomeadamente o executivo municipal, e por outro lado alargar esse desafio ao executivo da Câmara Municipal de Torres Novas para, considerando a existência de um volume considerável de emprego na freguesia de Zibreira e ao alargamento desse volume (com a criação de mais algumas centenas de postos de trabalho nas próximas semanas), para que se proceda a ESTUDO DE VIABILIDADE de Serviço por parte dos TUT - Transportes Urbanos Torrejanos, nomeadamente no eixo Torres Novas/Zibreira/Renova/Zona Industrial da Zibreira (zona portagens A1)/Liteiros..., visando facilitar o acesso generalizado dos torrejanos aos postos de trabalho e, simultaneamente, dinamizar a freguesia em diversas vertentes”-----

--

**António Calado Nobre** – Apresentou à mesa e leu de seguida a seguinte proposta:

**Proposta para Adesão de Torres Novas à Tarifa Familiar da Água:**

“Em contraste absoluto com o Governo, várias autarquias, de diversas “cores políticas”, têm vindo a adoptar medidas de apoio às famílias com filhos de acordo com o proposto pela APFN (Associação Portuguesa de Famílias Numerosas), procurando combater o gigantesco défice demográfico a que os Governos nas últimas dezenas de anos se têm mantido cegos, a não ser ao anunciar, recentemente, o aumento da idade das reformas, mas continuando a manter, e a aumentar, as medidas anti-natalistas e anti-família a que as famílias portuguesas têm vindo a ser sujeitas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma no nº 3 do Artº 16 que “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado”, o que é muitas vezes esquecido, mas também nós, enquanto autarcas eleitos deste município, podemos contribuir para a defesa destes princípios.

Actualmente, e a fim de dissuadir o consumo excessivo de água, a sua tarifação é feita segundo escalões de consumo, com valor crescente. No entanto, uma vez que não entra em linha de conta com a dimensão da família, esta tarifação prejudica fortemente as famílias mais numerosas.

Esta proposta visa tão somente a criação de uma tarifa específica para as famílias com três ou mais filhos, conforme as medidas propostas pela referida associação.

Para que esta possa ser apreciada pelo Executivo Camarário, entrega-se, juntamente com esta proposta, o documento proposto pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas às Autarquias que sustenta a criação da Tarifa Familiar da Água para consumo doméstico.

Esta iniciativa, que começou apenas com a Câmara Municipal de Sintra, já conta hoje em dia com a adesão dos seguintes municípios: Sintra, Coimbra, Lisboa, Porto, Ribeira Grande, Condeixa, Aveiro, Portimão, Évora, Vila Real, Ponta Delgada, Viseu, Câmara de Lobos, Odemira, Famalicão, Gaia, Leiria, Torres Vedras, Lagos, Vila Nova da Barquinha, Oeiras, Amadora e Santarém.

Esperemos que brevemente se possa acrescentar a estes o Município de Torres Novas”.-----

**Henrique Reis** – Referiu algumas situações na sua freguesia, como a falta de contentores, falta de lâmpadas de iluminação pública, bem como a necessidade de arranjo dalgumas ruas de Pafarrão e falta de sinalização na estrada de Alvorão.-----

**Evelina Mendes** – Fez algumas referências à situação da reforma das urgências no centro hospitalar, questionando da necessidade de serem tomadas algumas diligências, no sentido de ser devidamente esclarecido, se a actual situação é mesmo para manter.-----

**António Gomes** – Fez os seguintes reparos:

Referiu a má execução das passadeiras de peões recentemente construídas na Avenida Sá Carneiro, nesta cidade.

Questionou como se encontra a situação do parque de estacionamento projectado para o Almonda Parque.

Criticou a atitude da C. Municipal, a propósito da proposta apresentada pelo BE e aprovada por esta Assembleia que propunha uma homenagem ao cantor José Afonso, e que até agora a Câmara Municipal não realizou qualquer iniciativa, nem se conhece projectos que vão ao encontro do que foi a decisão desta Assembleia Municipal..

Relativamente ao problema da reforma das urgências, fez presente a seguinte Moção que leu de seguida:

Relativamente ao problema da reforma das urgências, fez presente a seguinte Moção que leu de seguida:

“Apesar do compromisso do Governo em ouvir os autarcas no processo de requalificação das urgências hospitalares verificou-se um total silêncio que tem vindo a ser gerador da desconfiança e de compreensíveis preocupações por parte das populações.

O processo de discussão pública nada adiantou à proposta inicial, o que diz bem do tipo de diálogo que o Governo incentiva.

A Assembleia Municipal de Torres Novas, reunida no dia 26 de Fevereiro de 2007,  
Declara:

- A urgência em dotar o Centro de Saúde de Torres Novas e extensões com os médicos necessários para que todos os munícipes tenham médico de família.

- Considera que a reestruturação em curso do Centro Hospitalar do Médio Tejo deve ser paralela à implementação do novo serviço de urgências, de forma a garantir um equilíbrio nos serviços prestados pelos três Hospitais do Centro Hospitalar. Enquanto isso não se verificar deve o processo de requalificação das urgências hospitalares ser suspenso.

- A Assembleia Municipal propõe à Comunidade Urbana do Médio Tejo a realização de um encontro de todos os autarcas do Médio Tejo para debate desta temática e procura de respostas que visem a defesa dos serviços de saúde prestados às populações desta região”.-----

**José Trincão Marques** – Iniciou a sua intervenção fazendo um elogio pela iniciativa levada a cabo, pela Câmara Municipal de Torres Novas, na realização do fórum sobre o Plano Municipal do Ambiente, no passado dia 10, no Hotel dos Cavaleiros.

Relacionado com a eventual reforma das urgências, referiu que a proposta da CDU, que sugere a realização duma sessão extraordinária desta Assembleia destinada a analisar a situação da reforma das urgências, é neste momento desnecessária e extemporânea, uma vez que existem informações recentes e credíveis de que não haverá alterações ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, informações essas que Senhor Presidente da Câmara, presente nesta Assembleia, poderá melhor esclarecer.

Referiu ainda que, sobre a proposta apresentada pelo BE pelo membro António Gomes, sobre uma eventual homenagem ao cantor José Afonso, sugeria que a mesma fosse

enquadrada nas comemorações que habitualmente acontecem no dia 25 de Abril.-----

-

**Joaquim Godinho** – Interveio para referir algumas falhas, com a falta de números de policia nalgumas zonas rurais na freguesia de Santa Maria, que dificulta por parte dos CTT, a distribuição de correio, são zonas com casas muito espaçadas, o que torna muito difícil a tal colocação de números. Reclamou ainda da má situação da estrada da antiga lixeira, que leva á Caveira e Vale Carvão.-----

**José Conde** – Interveio para fazer alguns reparos, nomeadamente a preocupação com o anunciado fecho da escola de Fungalvaz, que teve conhecimento pelos jornais. Sobre isso, disse não concordar, uma vez que a mesma serve cerca de treze alunos e não dez, como foi anunciado.

Apontou ainda algumas deficiências na sua freguesia, como o mau estado da ponte de Fungalvaz, Etar e ainda da estrada de Assentis à Beselga.-----

**José Vaz Teixeira** – Interveio de novo, para fazer uma referência de desagrado à intervenção do membro José Trincão Marques, quanto ao facto de considerar a proposta da CDU sobre a reforma das urgências, extemporânea. Acrescentou que, não se tem conhecimento oficial da decisão e por isso a finalidade da nova sessão, seria conseguir isso mesmo.-----

**José Trincão Marques** – Respondeu de seguida, que também está em questão o facto de a própria Câmara e Assembleia Municipal já terem publicamente assumido, por unanimidade na Câmara e apenas com um voto contra nesta Assembleia, a sua posição sobre este assunto, aprovando uma moção consensual que se mantém actual. Deste modo, não havendo alterações daqueles pressupostos, é desnecessário e descabido estar a promover-se repetitivamente nova sessão extraordinária sobre a mesma matéria.-----

**Manuel Filipe** – Interveio para referir que algumas passadeiras de peões da zona do urbanização da Arrábida apresentam algumas deficiências. Assim, essas passadeiras em questão ligam, não os passeios dos dois lados da estrada, mas dois lugares de estacionamento. Quem quiser atravessar a estrada usando as passadeiras, por exemplo uma mãe com um carrinho de bebé ou um deficiente em cadeira de rodas, tem de o fazer, não através do acesso directo do passeio, mas indo pelo alcatrão da estrada para entrar na passadeira, uma vez que o acesso à passadeira de peões só se faz pelo estacionamento dos automóveis e entre estes não passa um carrinho de bebé ou uma cadeira de deficientes. Além disso, um automóvel ao sair do seu lugar de estacionamento, ao fazer marcha atrás, faz a manobra inteiramente em cima da passadeira, de marcha atrás, sujeito a apanhar um peão que venha a atravessar a rua na mesma passadeira. Penso que, doravante, na concepção e planeamento de futuras urbanizações, se devia evitar este erro e pensar as passadeiras para unir passeio a passeio e não ligar estacionamento a estacionamento.-----

**Sr. Presidente da Câmara** – Iniciou a sua intervenção, respondendo às questões solicitadas, nomeadamente: Informou que sobre a referida má execução das passadeiras na Avenida Sá Carneiro, foi feito o possível e sobre a sua vigilância constante, senão seria pior. Sobre a situação da reforma das urgências no Centro Hospitalar do Médio Tejo, informou que apesar de não existir nada escrito, em todas as reuniões tidas com o Sr. Ministro da Saúde, tanto a nível político como a nível de autarca, o que lhe foi informado, é que nada irá mudar no Centro Hospitalar Médio Tejo. Acrescentou que, todas essas informações foram por ele prestadas aos Vereadores do PSD e CDU, informando que ainda naquele dia tinha havido um jantar com o Dr. António Branco, Director da Administração Regional de Saúde, em que o Sr. Presidente da Assembleia, também esteve presente, onde ficou esclarecido que tudo ficará como está hoje, por isso sem alterações.

Referiu outras questões como a situação de Zibreira que regista, nomeadamente a necessidade de implementação dos TUT, a situação do projecto do Almonda Parque, que se encontra para reestruturação. Também informou, que referente à eventual homenagem a José Afonso, a mesma irá ser feita possivelmente na altura das comemorações do 25 de Abril, com

um espectáculo, alusivo à data. Considerou de facto em muito mau estado a estrada do Vale Carvão e informou que está a ser feito o projecto da estrada do Alvorão.-----

**José Vaz Teixeira** – Interveio de novo para referir que as informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, que acredita lhe fossem mesmo prestadas, não foram feitas de maneira institucional, o que deveria ter acontecido, deixando assim alguma insegurança na manutenção e continuação dos serviços prestados no Centro Hospitalar.-----

**Sr. Presidente da Câmara** – Insistiu de novo dizendo que tudo no CHMT vai ficar na mesma, a única alteração que poderá vir a acontecer será o fecho da urgência cirúrgica das 24 às 8 da manhã.-----

De seguida, e relacionado com a execução das passeiras na Avenida Sá Carneiro, **António Gomes**, disse que a informação prestada não justifica as deficiências da obra, tendo o Sr. Presidente considerado de facto as mesmas. Continuou a sua intervenção para referir da necessidade de ser devidamente analisada a situação da reforma das urgências e considerou que o que está em causa não é só um problema de Torres Novas, mas de todo o Centro Hospitalar. A política do Governo é de redução e fecho de serviços, pelo que a informação trazida pelo Senhor Presidente é contraditória com aquilo a que assistimos quase todos os dias, a preocupação deve manter-se.-----

**Ramiro Silva** - Interveio e referiu o seguinte: “o dito pelo Sr. Presidente da Câmara, não nos deixa descansados, tanto mais que o relatório final com data de 4 de Janeiro de 2007, mantém a mesma situação da proposta inicialmente apresentada em Setembro de 2006. O Sr. Presidente não acha estranho, que se existem tantos compromissos no sentido de que a proposta aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal seja considerada e estando o relatório em discussão pública tantos meses, ela não tenha sido considerada. A única alteração no relatório final aparece no sentido de reforçar a proposta inicial como se comprova pela indicação (a) no final do quadro da página 11. Nós não passamos cheques em branco,

enquanto não houver documento escrito e assinado em que o Senhor Ministro da Saúde aceite a nossa proposta.

Temos pois as razões para lutar e apoiar todas as iniciativas que vão no sentido de defender as urgências”.

Voltou a falar na questão da poluição visual, resultante da forma anárquica como estão colocados os painéis outdoors e outra publicidade, como é o exemplo das placas do Palácio dos Desportos em sinais de trânsito.-----

**Sr. Presidente da Câmara** - Interveio de novo e insistiu que apesar de não existir nenhum documento escrito, sobre a não alteração na reforma das urgências, continua a acreditar no que lhe foi transmitido. Respondeu ainda a algumas questões, nomeadamente, informando já ter entregue a relação das suas viagens solicitada pela CDU e ainda com a propaganda comercial afixada ilegalmente por toda a cidade, informando que muito em breve irão ser postas em prática novas regras de colocação da mesma.-----

**Ramiro Silva** – Referiu ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara falar nas viagens, demorou quase dois anos a responder e só respondeu a uma parte, faltou a mais importante: qual o benefício para o Município de cada uma delas.-----

**António Leal** – Interveio fazendo algumas referências às informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara sobre o Centro Hospitalar, que deseja sejam credíveis, porque a ser assim, todos continuarão a beneficiar dos meios existentes, o que é muito importante, é esse o seu sentimento.-----

O **Sr. Presidente da Mesa**, e observado o disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual, fez presente, para eventual inclusão na ordem de trabalhos, as propostas apresentadas pelos membros José Vaz Teixeira e António Gomes, referentes à situação do Centro Hospitalar do Médio Tejo, tendo a sua inclusão na ordem de trabalhos, sido aceite por todos os membros. -----

Também por não se encontrar presente a proposta referente ao ponto 5 da ordem de trabalhos, referente à delegação de competências nas Juntas de Freguesia, o **Sr. Presidente da Mesa**, solicitou a sua retirada da ordem de trabalhos, ficando a mesma com a seguinte numeração:

- 1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior.**
- 2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, do Regulamento de Utilização do Sistema de Transportes Urbanos Torrejanos.**
- 3 - Apreciação e votação das propostas da Câmara, para cedência das seguintes escolas: EB1 de Almonda à Junta de Freguesia de Zibreira e antiga escola de Liteiros à Junta de Freguesia de Santa Maria.**
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para fixação de taxas de registo de cidadãos da União Europeia, no âmbito da Lei n.º 37/2006 de 9 de Agosto e Portaria n.º 1637/2006.**
- 5 - Apreciação e votação duma proposta, para eventual constituição dum Conselho Municipal do Desporto.**
- 6 - Informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade municipal.**
- 7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo representante do grupo da CDU.**
- 8 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo representante do BE.-----**

### **PONTO UM**

#### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR.**

Foi presente e aprovada a acta da sessão ordinária realizada a 21 de Dezembro de 2006, com trinta e dois votos a favor e quatro abstenções dos membros que não estiveram presentes na referida sessão.

Referente a esta votação, o membro **António Leal**, fez questão de lembrar o seu pedido de esclarecimento na sessão acima referida, sobre a não devolução do valor da taxa de reclamação, constante no n.º 1, da alínea f) do artigo 31.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, aprovado por esta Assembleia.-----

## PONTO DOIS

### APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES URBANOS TORREJANOS.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros cópia da deliberação tomada pela Câmara na reunião realizada a doze de Dezembro do ano em curso. (Anexo 2).-----

O **Sr. Vice Presidente**, prestou algumas informações relacionadas com a referida proposta de regulamento, bem como a inclusão na mesma, da alteração sugerida aquando da apreciação pública.-----

**António Canais** – Interveio para chamar a atenção do facto de se encontrar no Regulamento alguns erros relacionados com troca de números de artigos e alíneas, que no seu entender deveriam ser corrigidos. Acrescentou também e referente às alterações sugeridas no Regulamento, da inclusão do passe de pensionista, que devido a existirem diversas pensões sociais, que fosse discriminado que o mesmo abrangia todas as pensões abaixo do salário mínimo nacional.

Pelos membros **António Leal e José Trincão Marques**, foi chamada a atenção para a necessidade das referidas pensões serem devidamente validadas.-----

**Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, aprovar por unanimidade, o Regulamento de Utilização do Sistema de Transportes Urbanos Torrejanos, com as alterações sugeridas.**-----

## PONTO TRÊS

### APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DA CÂMARA, PARA CEDÊNCIA DAS SEGUINTE ESCOLAS: EB1 DE ALMONDA À JUNTA DE FREGUESIA DE ZIBREIRA E ANTIGA ESCOLA DE LITEIROS À JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros cópias das deliberações tomadas pela Câmara nas reuniões de 21.11.2006 e 06.02.2007. (Anexo 3).-----

**Joaquim Alberto Godinho** - Prestou algumas informações relacionadas com o pedido da Junta de Freguesia de Santa Maria e a celebração do referido Protocolo para cedência da escola de Liteiros, tendo a mesma sido sujeita a algumas reparações, indo assim ser utilizada para sede do Rancho Folclórico daquela povoação.-----

**Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, aprovar por unanimidade, as Propostas da Câmara, de Cedência das seguintes Escolas: EB1 de Almonda à Junta de Freguesia de Zibreira e antiga Escola de Liteiros à Junta de Freguesia de Santa Maria.**-----

#### **PONTO QUATRO**

##### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA FIXAÇÃO DE TAXAS DE REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA, NO ÂMBITO DA LEI N.º 37/2006 DE 9 DE AGOSTO E PORTARIA N.º 1637/2006.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros cópia da deliberação tomada pela Câmara, na reunião realizada a seis de Fevereiro do ano em curso. (Anexo 4).-----

**Não tendo havido intervenções, deliberou a Assembleia Municipal por unanimidade e sob Proposta da Câmara, fixar as Taxas de Registo de Cidadãos da União Europeia, no âmbito da Lei N.º 37/2006 de 9 de Agosto e Portaria N.º 1637/2006.**-----

#### **PONTO CINCO**

##### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DUMA PROPOSTA, PARA EVENTUAL CONSTITUIÇÃO DUM CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia da proposta do grupo do PSD, presente na sessão de vinte e um de Dezembro de 2006. (Anexo 5)-----

**António Leal** – Justificou a proposta apresentada pelo seu grupo, na sessão de 21.12.06, tendo em vista a constituição dum Conselho Municipal do Desporto, que defende como complemento do sector de desporto na Câmara, deixando assim um apelo, para que a mesma, a ser aprovada, possa de alguma forma contribuir para o enriquecimento e desenvolvimento do desporto no concelho.-----

**José Trincão Marques** – Justificou o sentido de voto contra do seu grupo, porque a constituição do Conselho Municipal de Desporto, já se encontra previsto no orçamento e grandes Opções do Plano para 2007, no capítulo dedicado ao Desporto e Juventude. Tendo em conta que, o Conselho Municipal previsto no referido capítulo do Desporto, se denomina Conselho Municipal da Juventude, se passe a designar Conselho Municipal da Juventude e Desporto, abarcando assim estas duas vertentes e evitando uma duplicação de competências.-

**Marta Silva** – Referiu o seguinte: “Estamos de acordo com o objectivo desta proposta, mas a sua constituição, apesar de aqui nos ser apresentada com carácter meramente exemplificativo, parece-nos demasiado extensa e pouco exequível. Caso a proposta venha a ser aprovada, propomos que se organize um grupo de trabalho com um elemento de cada uma das forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal para elaborar o regimento e tratar de toda a sua organização”. -----

-----

**António Leal** – Referiu ter ficado admirado com o sentido de voto anunciado pelo membro José Trincão Marques, justificando o mesmo, com a inclusão no orçamento para 2007, do Conselho Municipal da Juventude, que no seu entender não é a mesma coisa, parecendo até que a proposta nem sequer foi lida. Mas, adiantou que ficará para a história que o PS, por oposição ao PSD, só quis mudar o nome à Comissão. Apesar disso e prevendo-se que a proposta não irá ser aprovada, fez questão de desejar que a outra comissão funcione, que já seria muito bom, uma vez que existem instalações desportivas, mas não existe verdadeira política desportiva.-----

**Manuel Filipe** – Respondeu de seguida ter lido efectivamente o documento e estava de tal modo atento que tem dificuldades em distinguir se se trata de um projecto de um só autor, uma vez que se pode ler na página cinco da proposta “creio-as”, uma forma verbal na primeira pessoa do singular, portanto de uma só pessoa, e na página seguinte encontrar “entendemos”, forma verbal na primeira pessoa do plural. Também considera que a haver um Conselho Municipal de Desporto se arriscaria a criar uma duplicidade de comissões. No Conselho Municipal da Juventude, já aprovado, também se enquadrará a vertente desportiva a par da vertente cultural e de muitas outras que sem dúvida formarão e contribuirão, em conjunto, para valorizar e concentrar o trabalho em prol da juventude.-----

**Ramiro Silva** – Referiu o seguinte: a questão central da recusa desta proposta não é a sua composição, pois apresentamos uma proposta para resolver esse problema. O PS não aprova a proposta porque tem uma visão redutora do exercício do Poder. É o eu quero, posso e mando. Foi assim na proposta para acompanhamento da mesa, é assim no Conselho Municipal de Segurança, que não reúne há anos. Sejam claros, é tudo uma questão do exercício do Poder”.-----

**José Trincão Marques** – Reiterou que a posição do seu grupo, se deve ao facto de já constar no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2007, a criação do Conselho Municipal da Juventude e Desporto, no capítulo do Desporto.-----

**Esta proposta foi rejeitada com vinte e um votos contra e doze votos a favor.-----**

### **PONTO SEIS**

#### **INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Foi distribuído a todos os presentes, cópia da informação em epígrafe, fazendo a mesma parte integrante desta acta. (Anexo 6).-----

**PONTO SETE**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO  
REPRESENTANTE DO GRUPO DA CDU.**

Acerca deste assunto e relacionado com a proposta apresentada e lida pelo membro **José Vaz Teixeira**, sobre a eventual realização duma assembleia extraordinária sobre a situação das urgências no CHMT, o membro Manuel Filipe, disse ir votar contra a proposta, invocando os mesmos argumentos que da proposta anterior, e que se prendem com o facto de poder haver duplicidade de procedimentos.-----

**José Vaz Teixeira** – Justificou mais uma vez a sua proposta, dizendo que o seu sentido, tinha em vista alguma abertura da parte do Sr. Presidente da Câmara, ou até dalguns responsáveis do Centro Hospitalar, mas como foi visto, o Sr. Presidente da Câmara, parece ter conhecimento de toda a situação, deixando de ter sentido a sua proposta e retira a mesma.-----

Pelos membros **José Trincão Marques e Luís Gaspar Lopes**, foi ainda confirmado a intenção do seu sentido de voto, por considerarem credíveis as informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a situação, não havendo deste modo, por agora, necessidade de se tomar mais posições com as garantias que se tem, de nada ir mudar no CHMT.-----

De seguida, o membro **José Vaz Teixeira**, informou que mantinha a decisão já por si declarada anteriormente, de retirar a referida proposta, o que aconteceu de seguida.-----

**PONTO OITO**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO  
REPRESENTANTE DO BE.**

**António Gomes**, fez referência à proposta já por si lida e apresentada pelo Bloco de Esquerda, dizendo que o seu conteúdo apontava para a realização de um encontro de todos os

autarcas do Médio Tejo e não uma discussão na Comunidade Urbana do Médio Tejo, que essa sim já tinha sido feita.

Acerca desta proposta tomaram posição os seguintes membros:

**Manuel Filipe** – Que declarou que o seu grupo se iria abster na votação desta proposta, uma vez que se tratava apenas de uma sugestão desta Assembleia e não de um qualquer parecer vinculativo nesta matéria, ficando ao critério dos autarcas concretizarem-no, ou não.-----

**José Vaz Teixeira** - Que do mesmo modo declarou que o seu grupo se iria abster, por considerarem que o conteúdo exposto na proposta, já foi largamente debatido.-----

**Foi de seguida posto a votação a referida proposta, tendo o resultado sido um empate, com um voto a favor, um voto contra, sendo os restantes votos de abstenção.**

**Pela mesa da Assembleia foi colocada de novo a proposta a votação, sendo que o resultado foi o seguinte: dois votos contra e um voto a favor e os restantes votos de abstenção. A moção foi rejeitada-----**

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, ninguém dela usou, tendo de seguida, sido encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos, do dia vinte e seis de Fevereiro, de dois mil e sete, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.